



Prof. Juliano Marques

A INDEPENDÊNCIA DAS TREZE COLÔNIAS AMERICANAS

Introdução

A colonização efetiva da América do Norte começou no século XVII, quando a Europa passava por um período de agitação social resultante da reforma protestante. A colonização dessa região foi feita por grupos protestantes que buscavam novos lugares para praticar livremente sua religião.

Os peregrinos, como os primeiros colonos eram chamados, estabeleceram-se, a partir de 1620, na costa leste da América do Norte, formando comunidades que se dedicavam à manufatura, pecuária e pequena lavoura. O trabalho era executado pelo próprio colono e sua família, não havendo latifúndio e escravidão.

Alguns colonos vinham da Inglaterra estabeleciam-se nas terras dos grandes proprietários do sul da América do Norte, onde trabalhavam em troca de comida, até que sua passagem e estadia, adiantadas pelo fazendeiro, estivessem pagas: era a servidão temporária (*indentured servant*).

Após saldar as suas dívidas, o trabalhador partia em direção ao Oeste, para conseguir sua própria terra. Esse tipo de colônia não interessava à Inglaterra, que buscava colônias ricas em produtos primários, que seriam vendidos a bom preço na Europa. Tais produtos só eram encontrados no Sul da América do Norte, onde havia grandes plantações de algodão (necessário às manufaturas inglesas) que utilizavam o trabalho escravo e o latifúndio (*plantation*).

Assim, enquanto no Sul as relações entre colônia e metrópole se estreitavam, no Norte, o trabalho livre, feito por pequenos camponeses, tornava as colônias independentes da metrópole.

Essa relativa independência econômica também se estendia à política: cada núcleo de povoamento tinha um governador nomeado pelo governo inglês. Porém, havia também uma assembleia, eleita pelos colonos, que fazia as leis e votava os impostos, sendo que o rei podia vetar uma decisão da assembleia, mas não podia impor leis sem a aprovação dela. Dessa forma, o pacto colonial quase não vigorava nas partes norte do território inglês na América.

A OPRRESSÃO INGLESA.

A Grã-Bretanha era vista pelos iluministas como a pátria da liberdade e das e das novas idéias. Mas, em relação às suas colônias da América, o governo britânico era bastante conservador: mantinha o monopólio sobre o comércio de seus produtos e exigia dos colonos o cumprimento das regras mercantilistas, especialmente das colônias do sul.

As colônias do Norte, descuidadas pela metrópole, desenvolveram um ativo comércio com os sulistas, as Antilhas e a África. Na prática, o monopólio colonial não era respeitado. Na metade do século XVIII, o comércio colonial era um sério concorrente para o comércio da Metrópole.

Nessa época, a Grã-Bretanha se envolveu na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) contra a França. Os combates se estenderam para a América, com a participação dos colonos. A Grã-Bretanha foi vitoriosa e se apossou de extenso território a oeste de suas colônias, até então em poder dos franceses.

Como os custos da guerra foram altos, o governo britânico decidiu que as Treze Colônias deveriam assumir parte da conta. Tomou medidas para acabar com o comércio colonial, fechou fábricas de tecidos e fundições de ferro e estabeleceu novos impostos – tudo isso sem consultar as assembleias coloniais, como era o costume. Para os colonos foi um duro golpe, pois eles sofreram com os combates sem ter nenhuma compensação. Foram proibidos até mesmo de ocupar as ricas terras obtidas com a guerra.

Em 1765, o Parlamento britânico aprovou a Lei do Selo, que taxava todos os documentos comerciais, jornais, livros, anúncios e até cartas de baralho que circulassem nas colônias. Os colonos reagiram: reunidos no chamado Congresso da Lei do Selo, em Nova York, decidiram não comprar mais nada da Grã-Bretanha. O boicote fez cair enormemente as exportações britânicas para as colônias americanas, levando alguns setores da própria Metrópole a condenar as taxações. O governo chegou a suspender a Lei do Selo, mas em 1767 criou novos impostos sobre papel, vidros, tintas, chumbos e chá.

Uma manifestação pacífica contra essas medidas foi dissolvida a tiros por soldados britânicos, resultando em mortos e feridos. O Massacre de Boston (1770), como ficou conhecido o episódio, desencadeou a propaganda aberta pela independência.

NASCEM OS ESTADOS UNIDOS

As tentativas britânicas de aumentar o controle sobre as Treze Colônias e de recolher mais impostos não cessaram. Em 1773, o governo metropolitano criou a Lei do Chá, que obrigava os colonos a adquirirem chá somente da Metrópole. Revoltado, um grupo de colonos destruiu o carregamento de chá que estava nos navios ancorados no porto de Boston.

Para reprimir o clima de revolta que se espalhava pelas colônias, os ministros britânicos votaram as Leis Intoleráveis (1774). Essas medidas determinaram o fechamento do porto de Boston e o envio de tropas britânicas para a América. Além disso, concediam pelos poderes ao governador para julgar colonos rebeldes.

Os colonos não recuaram e começaram a se armar. Um documento exigindo a revogação das Leis Intoleráveis foi elaborado. O governo britânico não cedeu. Em 1775, reunidos em Filadélfia, os colonos decidiram organizar um exército sob comando de George Washington e lutar pela independência. No ano seguinte, 1776, no dia 04 de julho, representantes das Treze Colônias assinaram a Declaração de Independência, redigida por Thomas Jefferson. Dela fazia parte a Declaração dos Direitos do Homem.

A luta contra as tropas inglesas, iniciada em 1775, continuou até 1781. Foi a Guerra de Independência, na qual os americanos contaram com a ajuda financeira e militar da França, da Espanha e da Holanda, países rivais da Grã-Bretanha. Derrotados na batalha de Yorktown, em 1781, os britânicos só reconheceram a independência das colônias americanas em 1783, com um tratado assinado em Versalhes. Por esse tratado, o novo país incorporava também as terras a oeste, até o rio Mississippi.

Os colonos trataram de organizar o novo país. Em setembro de 1787 foi proclamada a Constituição dos Estados Unidos da América, que adotava os seguintes princípios fundamentais:

- *República Federativa e presidencialista, na qual o governo central cuida da defesa, das finanças e das relações externas;*
- *Divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário;*
- *Livre exercício dos direitos políticos e civis para os cidadãos (excluía escravos e indígenas): liberdade de expressão, de imprensa, de crença religiosa e de reunião;*
- *Voto censitário e masculino.*

Declaração de Independência dos Estados Unidos

Redigida por redigido por Thomas Jefferson e aprovada pelo Segundo Congresso Continental, em 04 de julho de 1776.

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário um povo dissolver laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos-Guardas para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidos danos e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados. (...)

Nós, por conseguinte, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão de nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser Estados livres e independentes, que estão desoneradas de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica, e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha está e deve ficar totalmente dissolvido; e que, como Estados livres e independentes, têm inteiro poder para declarar guerra, concluir paz, contratar alianças, estabelecer comércio e praticar todos os atos e ações a que têm direito os estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de firme confiança na proteção da Divina Providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossas fortunas e nossa sagrada honra.

O significado da Independência dos Estados Unidos

Pela primeira vez estava rompido o cordão umbilical que prendia a colônia à metrópole, representado pelo Pacto Colonial. A essência do absolutismo era o mercantilismo, e a essência do mercantilismo era o pacto colonial. A ruptura de um desses elos significou que existia uma crise profunda no ar, iniciada na própria Inglaterra com as revoluções do século XVII e continuada no século seguinte com a Revolução Industrial e a revolução intelectual dos iluministas. Todos esses acontecimentos foram elementos de um mesmo processo: crise do Antigo Regime (absolutismo e mercantilismo), que teve seu ponto de culminância na Revolução Francesa.